

NAVEGAÇÃO

Pesquisar...

>>

-- Links: --

Aluno

- [Notícias](#)
- [Histórico escolar](#)
- [Oferta de disciplinas](#)
- [Fila eletrônica](#)
- [Resultado da fila](#)
- [Material Didático](#)
- [Estágio](#)

UNE

Professores

- [Notícias](#)
- [Currículo Lattes](#)
- [Concursos](#)
- [Lista de frequência/notas](#)
- [ANDES](#)
- [Profes](#)

Graduação

- [Notícias](#)
- [Cursos e Eventos](#)
- [Programas](#)
- [Calendário Universitário](#)

Editais

Pesquisa e Pós-Graduação

- [Notícias](#)
- [Mestrados](#)
- [Núcleos](#)
- [Programas e projetos](#)
- [Editais](#)

Extensão

- [Notícias](#)
- [Certificados](#)
- [Propostas de cursos](#)

HOME UFRR ADMINISTRAÇÃO CURSOS CENTROS/NÚCLEOS VESTIBULAR COMUNICAÇÃO BIBLIOTECA EDITAIS DOWNLOADS



COLUNAARTIGOS

Dossiê - Contencioso Roraima-Guiana

05/05/2009

A invisibilidade das relações Brasil-Guiana: o contencioso da ponte sobre o rio Tacutu

Thiago Gehre¹

Um dia após a inauguração da ponte sobre o rio Tacutu, o fechamento do acesso à fronteira brasileiro-guianense na manhã do dia 27 de abril pelos moradores da cidade de Lethem, na Guiana, fizeram uma manifestação posicionando dois ônibus no sentido de impedir a entrada de veículos brasileiros no lado guianense. O protesto teve como justificativa a ausência de autoridades de alto escalão dos dois países na inauguração de domingo.

Percebem-se três questões fundamentais a serem avaliadas como um microcosmo das dificuldades da interligação física entre os dois países e dos percalços da integração regional na fronteira norte da América do Sul nas últimas décadas: a invisibilidade econômica, a invisibilidade política e o efeito da "transparência histórica" das relações bilaterais Brasil-Guiana.

A invisibilidade econômica se refere ao nível de impacto reduzido do fechamento da ponte para as relações internacionais do Brasil e para o futuro das relações entre os dois países. A precipitação da inauguração fez com que a alfândega passasse a funcionar de maneira provisória. A inauguração do Posto Fiscal de Bonfim (Porto Internacional Alfandegado de Entrada e Saída) parece não ter sido ativado de forma plena, com a presença do Ministério da Agricultura e da ANVISA, com disponibilização de agentes do setor zoossanitário e fitossanitário, responsáveis em fiscalizar a entrada e saída de produtos de origem vegetal, animal, etc e pela fiscalização e controle da vigilância sanitária e da saúde pública. Logo, a Guiana começou a rejeitar a importação de produtos hortifrutigranjeiros de origem brasileira na fronteira entre Bonfim e Lethem, por não apresentar o certificado fitossanitário para produtos de origem vegetal, plantas, sementes, etc e/ou o certificado zoossanitário para produtos de origem animal, animais vivos, etc.

Outro aspecto relevante refere-se à invisibilidade política do ato. Eram esperados os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Bharat Jagdeo que dançam o tom oficial ao encontro e a certeza de que seria uma iniciativa contextualizada, no sentido da integração regional, e não apenas um ato diplomático isolado. Além disso, acreditava-se que o entusiasmo da V Cúpula das Américas, que levou Barack Obama à Trinidad e Tobago, pudesse continuar alimentando a assertividade da política externa brasileira, sob o comando de Lula, no sentido de preencher o vazio das relações com o vizinho amazônico. Entretanto, agravou a imagem de descalço de Lula o fato de o presidente ter comparecido à cidade de Manaus (apenas 50 minutos de voo de Boa Vista) para visitar obras de infra-estrutura do estado do Amazonas no mesmo fim de semana de inauguração da ponte. Vale notar também que o Ministério das Relações Exteriores não liberou nenhuma nota à imprensa e/ou algum tipo de comunicado oficial referente tanto à inauguração "precipitada" da ponte (26 de abril) quanto ao possível incidente diplomático do fechamento da ponte (27 de abril).

Em terceiro lugar, não se pode desconsiderar o fato de que as invisibilidades política e econômica associadas constróem um quadro de "transparência histórica", que leva à indiferença mútua entre as duas sociedades. De fato, sobressai o eixo de apatia que marca as relações entre o Brasil e a Guiana e que tem raízes em um engessamento histórico: reduzido nível de trocas comerciais, quase nula interdependência política e



Palavra do Reitor:

Roberto Ramos
20 anos da

UFRR:

Aproximando cada vez mais a academia e a sociedade

Artigo:

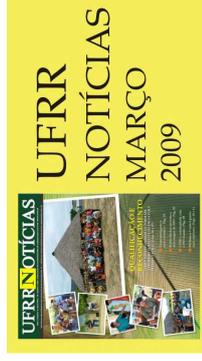
Maria Ivone
As Competências do Secretariado Executivo:

Desafios para o Mercado de Boa Vista



Artigo: Dossiê-Contencioso Roraima-Guiana

MURALANÚNCIOS



[Projetos](#)

[Departamento de Cultura](#)

[Editais](#)

[Administração e Planejamento](#)

[Notícias](#)

[PRADS](#)

[PRPDI](#)

[Projetos](#)

[GEOP](#)

[Editais](#)

[Licitações](#)

[Situação das obras](#)

[Servidor](#)

[WebMail](#)

[DRH](#)

[Slape](#)

[FASUBRA](#)

[Unidade de Saúde](#)

[Periódicos](#)

[Jornais](#)

[Editora](#)

[Pautas](#)

desconhecimento sócio-cultural, fruto em parte das dificuldades de comunicação e interligação entre as duas sociedades.

Por fim, a ponte de concreto parece ser insuficiente para vencer o abismo histórico entre os dois países, vizinhos que fizeram evoluir seus contatos independentemente da ponte e movimentando suas relações bilaterais sem grandes perspectivas de integração. O contencioso da ponte sobre o rio Tacutu corre o risco de se perder nas profundezas do Lete.

¹Thiago Gehre. Historiador de Relações Internacionais. Chefe do Departamento de Relações Internacionais da UFRR. thiago.gehre@gmail.com

Paradiplomacia Subnacional Roraima-Guiana e os descaminhos do Contencioso da ponte do Rio Tacutu

Elói Martins Senhoras²

A condução das relações exteriores de um país passa pelas mãos de um ator central do Estado, que é o Ministério de Relações Exteriores, mas sem dúvida não se restringe a ele, uma vez que existe uma pluralidade de outros atores que influenciam no resultado final das políticas internacionalistas por meio de ações paralelas.

O termo paradiplomacia subnacional representa um marco importante para compreender a ação paralela em âmbito internacional de governos locais e regionais através do estabelecimento de contatos permanentes ou não com atores correspondentes em outros países e com entidades públicas ou privadas estrangeiras.

As novas formas de ação de atores subnacionais com projeção internacional devem ser analisadas com cautela em relação ao impacto sobre a política externa lato sensu sempre levando em consideração que há um potencial resultado que pode ser positivo ou negativo.

Na relação Brasil-Guiana observa-se que o estabelecimento de políticas descentralizadas de projeção internacional com uma natureza paradiplomática aumentaram de maneira significativa por meio da Secretaria de Relações Fronteiriças ligada ao Estado de Roraima e da Assessoria de Relações Internacionais ligada à prefeitura de Boa Vista.

As redes de paradiplomacia criadas no binômio Roraima-Guiana ao buscarem acompanhar e responder de maneira articulada, flexível, rápida e eficiente às questões advindas de um mundo em constante transformação adquiriram significância ao trazerem uma nova agenda de negociações que em sua maioria foram positivas.

Enquanto fenômeno de repercussão nas relações internacionais que quebra o monopólio das relações interestaduais do clássico sistema westphaliano de poder, a paradiplomacia roraimense têm relevância positiva no processo de integração regional nos últimos anos e isto não pode ser menosprezado.

Tão pouco pode ser menosprezado o mal estar criado pela abertura unilateral da ponte binacional sobre o rio Tacutu pelos políticos do Estado de Roraima uma vez que vem corroborar para a desestruturação de canais paradiplomáticos anteriormente pré-consolidados.

Embora a ponte sobre o rio Tacutu fosse uma obra envolta por atrasos e esperada a muito tempo, a abertura unilateral para a circulação de pedestres e tráfego veicular pelas autoridades roraimenses no dia 26 de Abril e o descalço da agenda do presidente Luís Inácio "Lula" da Silva - que esteve um dia antes em Manaus e um dia depois em Rio Branco - somente corroboraram para uma péssima impressão guianense sobre o descalço



brasileiro em relação à autoridade soberana da Guiana.

O conseqüente fechamento da ponte sobre o rio Tacutu representou uma resposta natural endossada pelo presidente da Guiana Bharat Jagdeo e pela Ministra de Relações Exteriores Carolyn Rodrigues-Birkett uma vez que houve quebra de protocolo por parte dos políticos roraimenses em um assunto que é binacional.

A resolução deste contencioso passa neste momento não mais pela ingerência das forças paradiplomáticas subnacionais, mas antes está diretamente relacionada com as negociações do Itamaraty e da própria diplomacia presidencial, demonstrando que prudência política faz parte de toda ação diplomática e paradiplomática.

Como reflexo deste processo construtivista de avanços e recuos na relação Brasil-Guiana, todas as oportunidades de progresso na regionalização transnacional do Arco Norte que passam por Roraima revelam que simultaneamente ao estabelecimento de canais de integração infra-estrutural faz-se necessário avançar o respeito cultural da alteridade em ambos os lados da fronteira a fim de se evitar desgastes desnecessários que possam comprometer uma positiva agenda histórica de convergência.

²Professor economista e cientista político do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). E-mail para contato: eloi@di.ufr.br. Outros artigos do autor podem ser encontrados em <http://works.bepress.com/eloi>.

Fronteiras Brasil-Guyana e o rio Tacutu

Reginaldo Gomes de Oliveira ³

As fronteiras são consideradas áreas de controle militar, mas são também áreas de colonização, de integração, de cooperação ou de trocas de diversos tipos, configurando-se em um lugar de múltiplas relações sócio-culturais e políticas ou de narrativas identitárias. As fronteiras são também os lugares de limite do exercício de soberania entre dois Estados nacionais, que historicamente foram pensados e nem sempre os intelectuais que imaginaram o Estado-Nação perceberam o dinamismo sócio-cultural que se faz presente no processo de relações políticas desse lugar situado na margem dos Estados soberanos.

No caso Brasil-Guyana, os diferentes povos indígenas dessa região convivem com duas culturas nacionais distintas: a brasileira que é herdeira do reino ibérico e a guyanense herdeira do reino anglo-saxão (motivo pelo qual adoto a grafia em inglês). Nesse sentido, o nosso diálogo com a fronteira venezuelana é menos complexa porque nossa língua e cultura são herdeiras dos reinos ibéricos. Hoje, essa região tem a participação política e cultural tanto dos herdeiros dos Estados coloniais como também dos povos indígenas que interagem na faixa fronteira: Makuxi, Wapichana, Wai Wai, Patamona, entre outros povos. Com isso, o lugar da fronteira se mostra como um lugar de contradições porque há múltiplas posições políticas e sócio-culturais que dão a identidade plural do lugar.

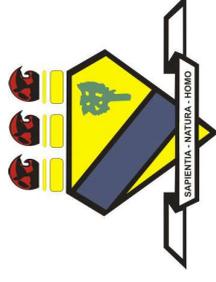
Lugar que revela o rio Tacutu como o regulador do limite entre os dois Estados nações. As suas margens



Confira a divulgação dos selecionados para o Projeto Comunidades Leitura



Download Nova Marca da UFRR (todas as cores)



UFRR

DOWNLOAD BRASÃO UFRR

[Ler mais...](#)

impõem o limite do exercício de soberania entre Brasil e Guayana. Esse lugar fronteiriço é identificado como área de limite internacional e manifesta para os dois governos nacionais situações não apenas de definição do espaço territorial, mas também de políticas públicas de interesse nacional para essas faixas onde exercem seu poder soberano. No caso amazônico roraimense, a região das cidades de Bonfim e Lethem, onde o rio Tacutu limita a soberania, apresenta um evento diferenciador com a construção da ponte. A ponte sobre o rio Tacutu se mostra como um elemento integrador do espaço territorial Brasil-Guayana.

Esse espaço integrador pode ser interpretado também como um lugar seguro e ao mesmo tempo como um lugar inseguro, que estabelece a diferença entre nós (brasileiros) na margem de cá do rio e os outros (guyaneses) na margem de lá do rio. São interpretações com base nas teorias de fronteiras e nas linhas imaginárias que legitimam e regulam o nosso poder sobre o outro que é estrangeiro no nosso espaço territorial. Espaço integrador que é materializado pelas distintas normas diplomáticas, pelas leis e outros aparatos burocráticos das relações internacionais, que dão suporte para normatização das relações no território da fronteira e da identidade nacional. Identidade e nacionalidade marcadas pelas relações entre os povos habitantes dessa borda territorial do poder soberano nacional, que não pode ser confundido com o poder soberano local ou regional, que tem uma atuação mais estreita nesse campo da realidade fronteiriça.

³Doutor em História Social pela USP, professor Associado do Departamento de História da UFRR e coordenador do Núcleo de Pesquisa Eleitoral e Política da Amazônia (NUPEPA). Email para contato: regiegomes@bol.com.br.

Atualizado em (05/05/2009)

[[Voltar](#)]



© 2009 UFRR - Universidade Federal de Roraima

Campus Cauamé: BR 174, Km 12, Bairro Monte Cristo, CEP: 69300-000 Boa Vista / RR

Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, CEP: 69304-000 Boa Vista / RR

[Joomla!](#) é um software livre disponibilizado sob licença GNU/GPL.